

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

Ata da Reunião Plenária Ordinária nº 104, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul, realizada em 17 de setembro de 2020.

Aos 17 (dezessete) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte (2020), reunida ordinariamente por meio de videoconferência através da plataforma MEET, como medida de prevenção ao contágio do novo vírus Covid-19, por convocação ordinária prevista no calendário anual e sob a presidência do Conselheiro Estadual Luís Eduardo Costa, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso do Sul, reuniram-se os Conselheiros Estaduais: Carlos Lucas Mali, Neila Janes Viana Vieira, Kelly Cristina Hokama, Paulo Cesar do Amaral, Gustavo Kiotoshi Shiota, Rubens Fernando Pereira de Camillo. Registra-se a presença da suplente de conselheira Ivanete Carpes Ramos, do Gerente Administrativo Financeiro Cláudio Lisias Lucchese, do Assessor Jurídico Diego Luiz Rojas Lübe, da Gerente de Fiscalização Fabricia Torquato, do Procurador Jurídico Elias Pereira de Souza, da Arquiteta e Urbanista Vera Lucia Giraldelli Peri, e para secretariar esta Reunião Plenária, a Secretária Geral Keila Fernandes, assistido pela Secretária da Presidência, Talita Assunção Souza. EXPEDIENTE: 1. ABERTURA, VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: O presidente Luís Eduardo Costa inicia a reunião, constatado a existência de quórum, dá início aos trabalhos da 104ª Reunião Plenária Ordinária às 16h 13 min. Foi justificada a ausência do conselheiro estadual, Rodrigo Giansante: "Tirei uns dias de férias e não estou em Campo Grande" e Vinicius David Charro: "Bom dia Estou em curso de formação para oficiais especialistas e saúde do corpo de bombeiros, estudando e trabalhando, manhã, tarde e noite, com escalas de madrugada, por isso não poderei comparecer à reunião, mesmo que seja on-line pois não estou autorizado a portar celular nem notebook. Durando até 26 de setembro de 2020. Conto com a compreensão". 2. HINO NACIONAL: Não houve 3.LEITURA E DISCUSSÃO DA PAUTA: O presidente explica que a pauta já foi anteriormente disponibilizada de maneira eletrônica a todos, juntamente da convocação e ata da sessão anterior. Em discussão, não houve, em votação APROVADO por unanimidade. 4. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Ata da 103ª RPO de 20 de agosto de 2020: Em discussão, A conselheira estadual Neila Janes Viana Vieira informa que encaminhou sugestões de alteração, pois estava inconsistente em alguns trechos da ata, que posteriormente enviada por e-mail a todos. Em votação: APROVADA por unanimidade dos votos. 5. JULGAMENTO DE PROCESSOS ÉTICO DISCIPLINARES: Art. 55 § 2° Os processos éticodisciplinares, quando houver, serão julgados no início da Reunião Plenária, após a leitura e discussão da pauta. 5.1 DP 236 DPOMS 00104-01/2020 — Processo ético nº 817983/20189 - Relatora suplente de conselheira Ivanete Carpes Ramos: O presente processo foi relatado pela suplente de conselheira Ivanete Carpes Ramos. Por motivos éticos este processo encontra-se na Secretaria Geral. Em votação. Resultado da votação (5) sim (3) ausência APROVADO por unanimidade. 6. APRESENTAÇÃO DOS DESTAQUES DE CORRESPONDÊNCIAS. 6.1 CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS: 6.1.1 Convite CAU/RS 6.1.2 Ofício circular CAU/BR - n. 003/2020 - CEN - CAU/BR - Recomendações da Comissão Eleitoral 6.1.3 Ofício n. 040/2020-CAU/BR - Esclarecimento quanto a realização de atos processuais presenciais nas dependências do CAU/BR e dos CAU/UF 6.1.4 Ofício n. 037/2020-CAU/BR – Encaminhamento da Deliberação nº 032/2020 – CEP CAU/BR e Deliberação Plenária nº 096-12/2019 DPOBR 6.1.5 Ofício n. 037/2020-CAU/BR – Encaminhamento da Deliberação nº 032/2020 − CEP CAU/BR e Deliberação Plenária nº 096-12/2019 DPOBR 6.1.6 Ofício n. 038/2020-CAU/BR – Projeto de Resolução sobre Fiscalização – Informações acerca do processo de análise e aprovação Não houve. Sem mais.6.2 CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS: 6.2.1 Oficio n. 1460/2018-2020 -



PRESI/CAU/MS – Autorização para execução de obra. O presidente explica que o ofício 48 trata-se da cobrança à Superintendência Patrimônio da União - SPU e do start na 49 possibilidade de obras de reforma na nova sede do CAU/MS. O Assessor Jurídico Diego 50 Luiz Rojas Lübe pede a palavra e explica que o ofício mencionado ao SPU, que já houve 51 início das obras de reforma, comenta que já se retirou o piso do imóvel e que já está 52 adiantado as obras no local. O Procurador Jurídico Elias Pereira de Souza, complementa 53 a explicação informando que o ofício também foi encaminhado, pois não havia ainda 54 recebido uma resposta do SPU da publicação da portaria, explica que a portaria de 55 autorização das obras tinha sido assinada pelo Superintendente do SPU/MS, porém não 56 havia sido publicado, e finaliza que assim que foi enviado o ofício, também foi publicado 57 a portaria. O presidente relata que essa nova sede é uma conquista dessa gestão e de 58 todos os conselheiros, muito importante para o Conselho, comenta que é mais um novo 59 passo estruturante e de fortalecimento para cada dia, através de ações como essa e 60 finaliza agradecendo os conselheiros que apoiaram para conquista da nova sede, de 61 forma muito responsável na gestão dos gastos, prevendo e apostando na mudança de 62 sede nesse ano, conclui destacando a importância desse processo de mudança para 63 nova sede. Sem mais 7. APRESENTAÇÃO DE COMUNICADOS (Art. 51). (A): CEAU: O 64 conselheiro Carlos Lucas Mali relata que na reunião do CEAU foram discutidos os 65 assuntos elaboração de um ofício as universidades solicitando uma reunião online, para 66 discutir sobre a disciplina de legislação ética e profissional, com o objetivo de realizar 67 uma aproximação com as universidades com os cursos de arquitetura e urbanismo, 68 finaliza explicando que essa aproximação surgiu devido aos recorrentes processos 69 administrativos de profissionais com dúvidas e infrações, isso denota pouco 70 conhecimento sobre legislação. A coordenadora da CEF Neila Janes Viana Vieira solicita 71 a palavra e complementa que na reunião do CEAU, foi aprovado a minuta de ofício para 72 as universidades para envio aos coordenadores de cursos de arquitetura e urbanismo. 73 A coordenadora do CEAU, Ivanete Carpes Ramos relata que na última reunião 5º 74 reunião extraordinária do CEAU, com os seguintes assuntos estudo dos regimentos 75 internos dos CEAUS, proposta de convênio com a faculdade Unyleya e por fim, 76 aprovação da minuta de ofício aos coordenadores de cursos para discutir a disciplina de 77 legislação nas universidades. Sem mais. (B): COORDENADORES DE COMISSÃO: 78 Comissão de Finanças e Administração: A coordenadora adjunta Kelly Cristina Hokama 79 relata que na reunião online da CFA foi bem produtiva, com os seguintes assuntos de 80 pauta, foi apresentado o relatório mensal do mês de agosto 2020, apresentado pelo 81 contador Moacir Dias Júnior, explicou que a arrecadação foi uma das melhores dos 82 últimos 3 (três) anos, e que acredita que foi pela adesão ao REFIS, observou que mesmo 83 assim o Conselho deixou de arrecadar o valor de aproximadamente R\$ 175.000,00 84 (cento e setenta e cinco mil) reais por conta da pandemia nos meses de abril a maio, o 85 Conselho até 31 de agosto de 2020, tem o superávit de R\$ 514.663,00 (quinhentos e 86 quatorze mil, seiscentos e sessenta e três) reais e arrecadou o valor aproximado de R\$ 87 1.681.096,00 (um milhão seiscentos e oitenta e um e noventa e seis) reais e gastou o 88 valor aproximado de R\$ 1.376.000,00 (um milhão seiscentos e trezentos e setenta e seis 89 mil) reais e relata que comparando com o ano de 2019, o Conselho economizou cerca 90 de R\$ 288.561,00 (duzentos e oitenta e oito mil e quinhentos e sessenta e um) reais e 91 que será para reforma da nova sede, comenta a queda de arrecadação que 92 naturalmente ocorre em dezembro, e o Conselho será superavitário, outro assunto da 93 pauta foi a prestação de contas do IAB, e que apresentou uma justificativa e efetuou a 94 devolução do dinheiro, referente a um dos projetos que apresentou para o CAU/MS. A 95



coordenadora adjunta relata que a Comissão solicitou a elaboração de uma minuta de 96 ofício ao CAU BR, pedindo a prorrogação do REFIS e ainda melhores condições de 97 renegociação dos débitos e por fim, relata a solicitação de um estudo com a previsão do 98 que será superavitária até o mês de dezembro de 2020, e outro assunto discutido foi a 99 questão solicitar a comunicação do Conselho sobre a utilização em redes sociais e outros 100 canais de comunicação privada inbox, para avisar os profissionais sobre os débitos. O 101 presidente agradece a coordenadora adjunta e comenta sobre a importância da gestão 102 consciente do Conselho e da recuperação financeira desde o ano de 2018, e comenta 103 que o Conselho conseguiu reter uma série de gastos desnecessários, uma definição para 104 ter a nova sede, e que irá custar em torno de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil) 105 reais, mas também houve doações de piso, pintura entre outros que irá diminuir o gasto 106 com a nova sede, comenta que esse gasto seria superior em um ano de aluguel desse 107 atual imóvel, e destaca o pleito licitatório natural de todos os passos para se ter a nova 108 sede. O presidente prossegue agradecendo a todos e a Comissão que acompanha os 109 gastos e destaca os custos apresentado de forma transparência já de agosto, houve um 110 questionamento sobre as contas do Conselho e explica que anualmente as contas são 111 auditadas duas vezes e também pelo Tribunal de contas da União, e publicado no portal 112 da transparência. A coordenadora adjunta agradece a todos os Conselheiros pela atitude 113 nas ações e pela gestão consciente na redução dos gastos do Conselho. Sem mais. 114 Comissão de Ensino e Formação: A coordenadora da CEF, Neila Janes Viana Vieira 115 relata que na reunião online da Comissão foi bem objetiva e produtiva, um dos item de 116 pauta foi a indicação de uma nova membro para a Comissão Temporária para Equidade 117 de Gênero - CTEG, a participação da Arquiteta e urbanista Ana Isa Garcia Bueno em 118 substituição a Arquiteta e urbanista Giovana Dario Sbaraini devido a saída por ser 119 candidata a vereadora. Outro assunto tratado foi sobre as ações para a próxima gestão, 120 o plano de ação da CEF para 2021, e que todos contribuíssem para que seja enviado até 121 o dia 28 de setembro de 2020, comenta que não se sabe como estará a pandemia no 122 próximo ano, mas que se deve pensar em ações à distância e também para presenciais. 123 A coordenadora relata que também foi aprovado na reunião da CEF, a minuta de ofício 124 aos coordenadores, encaminhando as recomendações do CAU/BR aos cursos de 125 arquitetura e urbanismo em período de pandemia do Covid 19. Outro assunto de pauta 126 foram deliberados e aprovados 21 (vinte e um) registros provisórios, 35 (trinta e cinco) 127 registros definitivos, e 1 (um) pedido de Inclusão de Diploma de Especialização em 128 Engenharia do Segurança do Trabalho. O presidente agradece à coordenadora e 129 professora a frente da Comissão de Ensino e Formação e prossegue com a reunião 130 plenária. Sem mais. Comissão de Ética e Disciplina: O coordenador Paulo Amaral relata 131 que na reunião online da Comissão foi bem enxuta um dos assuntos discutidos foi a 132 palestra online sobre o Código de ética do Conselheiro Gustavo Shiota e o procurador 133 Jurídico Elias Pereira de Souza, para os acadêmicos da UCDB, e relatou que foi 134 produtivo, positiva e proativa a palestra e que todos conseguiram alcançar as 135 informações éticas-profissionais. O coordenador prossegue o relato com os item da 136 pauta que foi as ações da CED para o ano de 2021, a Comissão decidiu por encaminhar 137 para reprogramação a ações sendo as mesmas desse ano, comenta que não houve 138 relato de processo ético disciplinar e que durante essas semanas foram distribuídos 139 processos para relato nas próximas reuniões. O presidente agradece o coordenador e 140 prossegue com a reunião plenária. Sem mais. Comissão de Exercício Profissional: O 141 coordenador Carlos Lucas Mali comenta que na reunião online da CEP, foi bastante 142 rápida e objetiva, foi relatados 2 (dois) processos semelhantes sobre dúvidas se



143



144

145

146

147

148 149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

arquitetos e urbanistas questionando da quantidade de andares e metros quadrados um arquiteto e urbanista pode ser Responsável Técnico, o coordenador relata que por mais que as dúvidas sejam relativamente simples, foi respondido que quanto ele poder fazer não se tem limite, o coordenador explica que não tem especificado na legislação essa condição, comenta que a única legislação execução de obras existente a respeito são a fundações profundas. O coordenador relata que foram recebidos 4 (quatro) pedidos de interrupção de registros e por fim, relata sobre o relatório de RRT nacional do CAU BR e que os RRT's possui uma série erros no preenchimentos, comenta que o SICCAU aceita e registra o preenchimento de informações que não existem, a preocupação da Comissão é sobre o profissional não possui conhecimento das atribuições. A Gerente de Fiscalização Fabricia Torquato relata sobre a Deliberação do CAU BR, informando que o produto dessa ação sobre o preenchimento das RRT, será através de uma campanha orientativa aos profissionais arquitetos urbanistas, comenta que isso é fruto anterior da fiscalização dos CAU UF's quando se realiza as auditorias dos RRT's, explica na sua opinião que essa ação de auditar os RRT's deveria ser do CAU BR, e não dos CAU UF's, visto que, não se tem condição e nem pessoal para auditar, relata que a fiscalização do CAU/MS tem mais de 1.000 (mil) RRT's para auditar e não se tem recursos humanos para realizar esse tipo de levantamento. O coordenador alerta principalmente sobre os constantes erros nos preenchimentos dos RRT's no SICCAU. O conselheiro Rubens Fernando Pereira de Camillo, expõe a preocupação sobre a auditoria dos RRT's do CAU BR, e a discussão da efetividade e que quando se retornar e se ter a perspectiva de solucionar esse problema, e destaca o absurdo dessa situação dos CAU/UF's. A Gerente de Fiscalização explica que as auditoria dos RRT's do CAU BR já são realizadas há 2 (dois) anos e que eles tem condições para realizar auditoria, e que o Conselho deve-se manifestar sobre o assunto ao CAU BR. O presidente agradece o coordenador e comenta que o Conselho não pode validar algo fora da nossa atribuições e seguir o que a lei federal preconiza, explica que CAU MS foi protagonista de um problema que há anos acontecia, uma serie de RRT's que eram registradas e não validadas, nesse época, o CAU BR entendeu a fragilidade do documento, comenta que o RRT's tem que ser fortalecido com critérios de validação. Sem mais. Comissões especiais e temporárias: CT SEDE CAUMS: Não Houve. CE Comissão Eleitoral CAUMS: A coordenadora da Comissão eleitoral de MS, Vera Lucia Giraldelli Peri, primeiramente agradece pela confiança no trabalho como coordenadora da CE e relata dificuldade durante a semana diante da instabilidade do SICCAU, e que no momento está normalizando, e que gerou transtornos no estado e em todo o Brasil. A coordenadora relata que para a eleição de Mato Grosso do Sul, concorrem 3 (três) chapas que foram inscritas, relata uma 1(uma) chapa foi indeferida, porque só houve 1 (uma) interrupção e o sistema entendeu que não era uma chapa. A coordenadora comenta que existem muitas dúvidas em relação ao entendimento e interpretação do regulamento eleitoral, que estão sendo sanadas pela Comissão e auxiliada pela assessora da Comissão eleitoral do CAU Stephanie Ribas e pelo Assessor jurídico do CAU/MS Diego Luiz Rojas Lübe, por fim, comenta a tranquilidade nos trabalhos durante processo eleitoral desse ano. O presidente agradece à coordenadora e comenta sobre o trabalho honorifico na Comissão Eleitoral, comenta que no Estado tem a maturidade política de um debate mais propositivo e construtivo, sabe-se das questões legais e de regras e que aconteceram por esse quesito, comenta que ninguém questionou as chapas, e que as chapas são legitimas para apresentaram suas proposições importantes para o engrandecimento do debate e do coletivo, por fim, agradece a coordenadora pelo



posicionamento e a neutralidade no processo eleitoral, explica que não houve nenhum 192 denuncismos e nem conflito entre chapas e que a eleição é um processo de 193 aprendizagem para todas as chapas. Sem mais. CT Equidade de Gênero CAUMS: A 194 coordenadora da CTEG Neila Janes Viana Vieira, comenta que a primeira reunião 195 aconteceu na semana passada, foi uma reunião rápida, onde foram definidos calendário 196 de lives e programações e formas de como divulgar os dados que estão sendo 197 produzidos pela CTEG CAU BR, com o objetivo que todas as pessoas tenham 198 conhecimentos sobre as desigualdades de gênero, embora, esteja disponível no site do 199 CAU BR é importante reforçar a maior divulgação desses dados para assim, mais pessoas 200 tenham acesso e conheçam o trabalho da CTEG CAU BR. A coordenadora informa que 201 em outubro desse ano vai ser inaugurado a plataforma que será divulgado os dados da 202 CTEG CAU BR que também irá lançar uma cartilha aos gestores públicos sobre como 203 planejar cidades de forma que seja segura para as mulheres, sendo seguro para 204 mulheres, o será para todos. O presidente agradece à coordenadora e comenta sobre a 205 sensibilidade no trabalho da CTEG, e que poderá melhorar as cidades para todos, e o 206 reflexo disso é a criação de uma chapa está concorrendo somente de mulheres e a 207 percepção para todos e mostrar aos profissionais arquitetos e arquitetas urbanistas, 208 também a sociedade a importância estar à disposição para trabalhar por todos e isso 209 motiva a todos para discussão política, e de uma forma educativa de entender toda a 210 propositiva política. Sem mais. C) DO PRESIDENTE: O presidente relata que participou 211 de várias reuniões do CSC CAU BR, em virtude do problema muito sério sistêmico do 212 SICCAU referente aos RRT's, que apresentou uma inconsistência nacional, explica que o 213 Conselho se tornou uno, e que anteriormente era fragmentado, explica que em 214 conjunto com alguns CAU UF's e Fórum de Presidentes entraram notificação 215 extrajudicialmente cobrando a qualidade do serviço do SICCAU, e finaliza que o 216 Conselho irá cobrar de forma firme pela garantia da eficiência e eficácia do serviço 217 prestado. Sem mais. D) DO CONSELHEIRO FEDERAL: Não houve. 8.COMUNICADO DOS 218 CONSELHEIROS ESTADUAIS: Não houve.9) ORDEM DO DIA 9.1 DECISÕES "AD 219 REFERENDUM" PELO PRESIDENTE: 9.1.1 DP 237 DPOMS 0104-02.2020 Solicitação de 220 registro profissionais provisórios e definitivos (ad referendum nº 128 e 129): O 221 presidente explica que foi apresentada toda a documentação e o pedido de urgência 222 para solicitação de registros provisórios e definitivos. Em discussão. Não houve. Em 223 votação APROVADO por unanimidade. Sem mais. 9.1.2 DP 238 DPOMS 0104-03.2020 224 Ad Referendum aprova indicação de um novo membro para a recomposição da CE 225 CAU/MS 2020 (ad referendum nº 130): A secretaria geral Keila Fernandes explica que 226 conforme deliberado pela Plenária do mês passado foi aprovado pela presidência 227 através da Deliberação "ad referendum" n. 130/2020, referente a indicação da Arquiteta 228 e Urbanista Paula Gobbo Chaves, como suplente da Arquiteta e Urbanista Lhariana 229 Mareco Soares, para compor a Comissão Eleitoral do CAU/MS, substituindo a Arquiteta 230 e Urbanista Camila Zuanazzi, que pediu renúncia devido a compromissos profissionais. 231 Em discussão. Não houve. Em votação APROVADO por unanimidade. Sem mais. 9.2 232 MATÉRIA EM REGIME DE URGÊNCIA: 9.2.1 DP 239 DPOMS 0104-04.2020 Dispõe sobre 233 atendimento presencial, reuniões, eventos, encontros, viagens e atividades coletivas 234 no CAU/MS: O procurador jurídico Elias Pereira de Souza explica que essa Deliberação 235 será para a flexibilização, por ato específico, a abertura do CAU/MS para o atendimento 236 e reuniões presenciais, desde que devidamente obedecidos todos os protocolos de 237 biossegurança em razão da pandemia do novo Corona vírus. O procurador jurídico 238 explica que será realizada a autorização através da portaria da presidência, tomando 239



todas as condições para que o atendimento presencial seja retomado, adotando-se 240 todas as cautelas pertinentes. O presidente observa que essa flexibilização não se trata 241 de uma questão eleitoral e sim uma de uma questão administrativa dentro do Conselho, 242 explica que estão tomado todas as medidas de biossegurança com todos os 243 colaboradores, e que isso é a retomada e o início da abertura do atendimento ao 244 público. O conselheiro Carlos Lucas Mali, questiona se essa flexibilização será também 245 para as reuniões plenárias e de comissões. O presidente explica que a intenção de 246 flexibilizar é a retomada gradual do atendimento ao público e para possibilidade de 247 realizar reuniões presenciais para os próximos meses tomando todo o cuidado de 248 biossegurança, explica que essa é uma possibilidade de flexibilização nacional já para os 249 próximos meses de outubro, novembro e dezembro, contudo, comenta que as reuniões 250 online está sendo muito efetivo e essa é uma perspectiva para os próximos anos. A 251 suplente de conselheira Ivanete Carpes Ramos questiona se existe algum decreto 252 municipal que impeça de realizar reuniões presenciais. O presidente explica que não há 253 nenhum decreto municipal que impeça de realizar as reuniões presenciais no Conselho, 254 entretanto, sempre tomando todos as medidas de biossegurança. A conselheira Neila 255 Janes Viana Vieira, comenta apesar da flexibilização é importante que continue as 256 reuniões online, explica que particularmente por pertencer ao grupo de risco, prefere 257 que ainda continue as reuniões online, e questiona sobre a aprovação da Deliberação 258 pela flexibilização e depois aprovaríamos os termos da flexibilização. O procurador 259 jurídico explica que após aprovação da flexibilização, será realizado os termos por meio 260 de uma portaria aprovada pelo presidente. O presidente comenta que a flexibilização 261 mesmo assim pondera tanto para aqueles que querem as reuniões online e também 262 para os que preferem comparecer pessoalmente nas reuniões. A conselheira Neila Janes 263 Viana Vieira comenta ademais que o pagamento de passagens e diárias para 264 participação em reuniões onera em custos gastos para o Conselho. A conselheira 265 comenta que o SICCAU nesse momento começou a estabilizar e questiona sobre a 266 necessidade de realizar e aprovar do RRT provisório. A Gerente de Fiscalização explica 267 que hoje o serviço do SICCAU está intermitente durante o dia, explica que o retificador 268 ainda não voltou a funcionar e está sem previsão de funcionar, a fiscalização está 269 realizando a permissão do retificador do RRT, por fim, comenta que ora funciona ora 270 não funciona, explica que precisa de uma solução para atender os profissionais. O 271 conselheiro Carlos Lucas Mali comenta que prefere manter as reuniões online e 272 comenta que já se observa a flexibilização no Conselho, pois assim como conselheiros, 273 colaboradores e também o presidente já estão participam das reuniões presencialmente 274 no CAU/MS, por fim, destaca a preocupação do local de trabalho minúsculos dos 275 colaboradores para atenderem os profissionais. Em votação APROVADO por 276 unanimidade. Sem mais. 9.2.2 DP 240 DPOMS 0104-05.2020 Dispõe sobre a instituição 277 do Registro de Responsabilidade Técnica Provisório (RRTP) no âmbito do CAUMS: O 278 procurador jurídico Elias Pereira de Souza explica que devido aos problemas de lentidão 279 e instabilidade, impossibilidade de geração de boletos, problemas em pesquisas de 280 RRTs, retificação de RRTs, compensação de RRTs pagos, registros de RRTs em equipe, 281 entre outros, sem previsão de retorno, propôs de forma provisória instituir o Registro 282 de Responsabilidade Técnica Provisório (RRTP) que terá validade de 30 (trinta) dias, 283 prorrogáveis por mais 30 (trinta) e não terá nenhum custo para o profissional arquiteto 284 e urbanista; deixar claro que o RRTP somente será fornecido mediante email enviado 285 pelo profissional arquiteto e urbanista ao Setor de Atendimento, com as razões que 286 impediram o registro do RRT definitivo, inclusive com "plint de tela" para comprovar a 287





inoperância do sistema. O Setor de atendimento efetuará a numeração e cadastro do 288 documento, e encaminhará à fiscalização para análise, após a análise e deferimento, o 289 RRTP será encaminhado ao profissional, no mesmo endereço eletrônico, com assinatura 290 digital da Gerência Administrativa e Financeira ou Gerência de Fiscalização, com arquivo 291 do procedimento para futura fiscalização, bem como o RRTP que não for substituído no 292 prazo previsto acima mencionado, será anulado, sendo comunicado ao contratante e ao 293 órgão onde o documento foi apresentado, ficando o profissional responsável pela 294 emissão sujeito às penalidades cabíveis, inclusive processo ético-disciplinar. O 295 procurador jurídico Elias Pereira de Souza explica que o RRT provisório atenderá uma 296 demanda emergencial e visando atender também o princípio da eficiência previsto na 297 constituição que confere ao serviço público, comenta que de acordo com a lei, existe a 298 obrigatoriedade da realização do RRT, porém não obrigatório se realizar somente pelo 299 sistema SICCAU, por isso, buscou-se solucionar a instabilidade do RRT. O presidente 300 comenta que o momento é atípico, explica que o SICCAU foi criado para não ter esses 301 problemas, e que nesse momento começou a prejudicar os profissionais e que essa é 302 possibilidade de solução para atender a demanda, explica que a proposta de RRT 303 provisório foi discutido e realizado os estudos para se realizar de forma provisória até 304 que se volta à normalidade do SICCAU. O conselheiro Paulo Amaral comenta que passou 305 por problemas devido à instabilidade do SICCAU, na prefeitura e com clientes, explica 306 que ainda não consegue tirar o CAT - A, para participar de licitação e passou por 307 transtorno de aprovação, e comenta que com 30 (trinta) dias é pouco tempo e nesse 308 período poderá ser anulada, comenta que no interior a aprovação de obras é mais 309 demorado e sugere em pensar em aumentar o período para aprovação. O conselheiro 310 Carlos Lucas Mali comenta que a ideia do RRT provisório iniciou em outros CAU/UF's e 311 questiona que já se tem um retorno e se está dando certo ou confusão na emissão de 312 RRT provisório. O presidente explica que CAU/SC, CAU/PI entre outros já 313 implementaram o RRT provisório e comenta que é por um curto período até a volta da 314 estabilidade do SICCAU. A Gerente de Fiscalização apresenta o modelo do RRT 315 provisório, e explica que novo RRT modificado e atualizado, a numeração terá o controle 316 pela fiscalização e que um por grupo de atividade de projeto, execução. O conselheiro 317 Carlos Lucas Mali questiona sobre comprovação pelo profissional de não conseguir 318 emitir o RRT, e se tentou mas não conseguiu assim de se evitar transtorno para o 319 Conselho. O procurador jurídico Elias Pereira de Souza explica que no momento que o 320 profissional tentar emitir o RRT e não conseguir, logo, encaminhará o email ao 321 atendimento e naquele momento o atendimento conferirá se permanece a inoperância 322 do SICCAU, permanecendo o erro será encaminhado à Fiscalização para emissão do RRT 323 provisório. O conselheiro Carlos Lucas Mali solicita que seja especificado na Deliberação 324 essa comprovante de não possibilidade de emissão do RRT, por motivo do erro do 325 SICCAU. Em votação APROVADO por unanimidade. 9.3 PEDIDO DE VISTA: Não houve. 326 9.4 PEDIDO DE RECURSO: Não houve.9.5 MATÉRIA TRANSFERIDA DA REUNIÃO 327 ANTERIOR: Não houve. 9.6. MATERIA PAUTADA PARA A REUNIÃO: Não Houve. 9.6.1.1 328 COMISSÃO DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO. 9.6.1.1.1 DP XXX DPOMS 0104-0X.2020 329 Indicação do Coordenador Adjunto DCO XXX/2018-2020 - 74ª CFA: O presidente 330 explica que foi retirada de pauta. 9.6.1.3 COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO: 9.6.1.3.1 331 DP 241 DPOMS 0104-06.2020 Indicação de membro da Comissão Temporária de 332 Equidade de Gênero-CTEG DCO 088/2018-2020 - 76ª CEF: Nesse momento o presidente 333 realiza a inversão de pauta a pedido da coordenadora da CEF que precisará se retirar da 334 reunião. A coordenadora explica que devido a saída da arquiteta e urbanista Giovana 335





Sbaraini da CTEG e tendo em vista que ela é candidata a vereadora foi necessário realizar a substituição da membro e assim foi convidada a Arquiteta e urbanista Ana Isa Garcia Bueno para membro da CTEG. Em discussão. Não houve. Em votação APROVADO por unanimidade. Sem mais. 9.6.1.1.2 DP 242 DPOMS 0104-07.2020 Prestação de contas -Patrocínio 2019 DCO 114/2018- 2020 - 74ª CFA: A secretária geral Keila Fernandes explica que a prestação de conta do Edital de patrocínio do IAB/MS, foi uma devolução do valor pago de R\$ 6.720,00 (seis mil e setecentos) reais, foi justificado devido a pandemia o evento foi cancelado. Em discussão. Não houve. Em votação APROVADO por unanimidade. A conselheira Neila Janes Viana Vieira nesse momento retira da reunião plenária permanecendo quórum. Sem mais. 9.6.1.2 COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL. Não houve. 9.6.1.4 COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA: Não houve.9.6.1.5 COMISSÃO ESPECIAL E TEMPORÁRIA: Não houve. 9.6.2 DA PRESIDÊNCIA: Não houve. 10 COMUNICAÇÕES DE ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL (PALAVRA LIVRE): Não houve. 11 ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o presidente Luís Eduardo Costa, agradece a presença de todos e encerra a Reunião às 18h41min.

Arquiteto e Urbanista LUÍS EDUARDO COSTA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL, BRASIL.

KEILA FERNANDES

SECRETÁRIA GERAL - CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351



105ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/MS

Local: sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul

Endereço: Rua Espírito Santo n.205, esquina com Av. Afonso Pena, Campo Grande- MS

Data: 08 de outubro de 2020. Horário: 16:05h às 17:18h

FOLHA DE VOTAÇÃO - ATA DA SESSÃO ANTERIOR

CONSELHEIRO			VOTAÇÃO			
		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA	
titular	GUSTAVO KIOTOSHI SHIOTA				X	
titular	CARLOS LUCAS MALI	Х				
suplente	OLINDA BEATRIZ TREVISOL MENEGHINI					
titular	FABIANO COSTA		<u>ETHE</u>			
suplente	ANDRÉ ARAUJO ZAGO				Х	
titular	KELLY CRISTINA HOKAMA		FIBILI		X	
suplente	FABIO HENRIQUE MENONCIN					
titular	LUIS EDUARDO COSTA	- T	-		-	
suplente	ALINE DIAS SANABRIA					
titular	RUBENS FERNANDO PEREIRA DE CAMILLO	X	E MIN		THE COURT	
suplente						
titular	NEILA JANES VIANA VIEIRA	Х	Runva		dia of	
suplente	IVANETE CARPES RAMOS					
titular	PAULO CESAR DO AMARAL	X	Dige to The			
suplente	EDUARDO LINO DUARTE					
titular	RODRIGO GIANSANTE		THE STATE	Maria Toll	X	
suplente	VINICIUS DAVID CHARRO					

Histórico da votação:

105ª Plenária Ordinária

data: 08/10/2020

Matéria em votação:

Aprovação da ata da 104ª Reunião Plenária Ordinária de 17 de setembro de 2020.

Resultado da votação:

sim (4)

não (0)

Abstenções (0)

Ausências (4)

Ocorrências:

SECRETÁRIA GERAL - CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

Arquiteto e Urbanista LUÍS EDUARDO COSTA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL, BRASIL.